

# REVISTA DE GEOGRAFIA



**PPGEO**

Programa de Pós-Graduação  
em Geografia ufjf

## **GEOGRAFIAS MARGINAIS: OUTRO OLHAR GEOGRÁFICO NA EXPERIÊNCIA FEMININA DE VIAGEM**

**MARGINAL GEOGRAPHIES: ANOTHER GEOGRAPHIC LOOK AT  
THE FEMALE TRAVEL EXPERIENCE**

**Priscila Marchiori Dal Gallo  
Universidade Estadual de Campinas  
Rua Luis Moretzshon de Camargo, 323,  
cep 13088-699, Campinas-SP  
priscilamgallo@yahoo.com.br**

### **Resumo**

Buscamos no presente texto explorar como dados contextos sociais, institucionais a possibilidade e a experiência de viagem podem se alterar e frutificar em expressões diversas do conhecimento geográfico. Como posicionamentos marginais podem questionar as estruturas de produção do conhecimento não através de um questionamento puramente teórico sobre a questão epistemológica, mas através de um envolvimento ontológico com a produção do conhecimento. Como a experiência singular das mulheres pode, por um reconhecimento ontológico profundo, re-olhar a geografia e sua constituição como ciência.

**Palavras-chave:** geograficidade; relação; arte

### **Abstract**

We seek in the present text to explore how social and institutional contexts the possibility and the experience of travel can change and fruit in diverse expressions of the geographical knowledge. As marginal positions can question the structures of production of knowledge not through a purely theoretical questioning about the epistemological question, but through an ontological involvement with the production of knowledge. As the unique experience of women can, by deep ontological recognition, re-view geography and its constitution as science.

**Keywords:** geography; relationship; art

---

O geógrafo Eric Dardel em sua obra “O Homem e a Terra” (DARDEL 2011) em uma articulação própria da história do pensamento geográfico elabora aquilo que chama de “geografia das velas desfraldadas” ao centralizar a importância das grandes viagens de descoberta, sejam essas marítimas ou terrestres, que por vezes se conjugavam com as expedições científicas. Tais expedições responsáveis por um mapeamento primoroso das características geográficas – físicas e culturais – das terras descobertas, desde uma perspectiva europeia. Terras existentes para além daquilo que na época se considerava o epicentro do mundo e da civilização e que despertavam desde anseios por riqueza, fortuna e glória até terror e apreensão daquilo que estava ainda ocluso. Dardel reforça como as viagens e expedições corroboram amplamente com o conhecimento geográfico, estando por séculos no seu centro. A presença em campo esteve sempre no cerne do conhecimento geográfico, na medida em que estar presente é a possibilidade mesma da experiência e experienciar é o ato primeiro de geografar. A “geografia das velas desfraldadas” é feita pela curiosidade inata dos humanos em experienciar o desconhecido e descobri-lo. O ímpeto de conhecer o desconhecido, a pulsão por estar em movimento fomenta uma imaginação geográfica, as viagens e expedições alicerçam uma imaginação crescentemente rica que dá vazão a produção do conhecimento geográfico

As viagens e explorações científicas certamente encontraram uma gama esplendida de formações ecossistêmicas, entraram em contato com diversas culturas, atestando uma geografia singular\regional, as quais, se por um lado, potencializaram a diversidade geográfica, por outro lado, convidam à pensar a unidade dessa diferença em um esforço de compreender a possibilidade de existência de cada circunstancia geográfica desde a experiência simples e profunda do geográfico: aquilo que potencializa, resguarda e rege cada existente em sua intimidade substancial. Tal experiência, em sua forma mais sensível, dimensiona em escrita ou imagem o apelo que vem do solo, do mar, das florestas, que transforma o vocabulário rico desses elementos em linguagem humana exercendo aquilo que Dradel (2011) chama da “poética do descobrimento geográfico”. Esse se potencializa com o desejo humano em expandir a compreensão de seu mundo, isto é, de sua circunstância geográfica imediata expandindo-a no desafio de encontrar a unidade\integridade do mundo.

Toda cultura humana sempre teve em seu imaginário uma existência que se colocava além de sua experiência imediata, não apenas reconhecendo a dimensão terrestre, ou melhor, que o mundo não se recolhia em sua circunstância geográfica imediata, mas pela elaboração de cosmologias, explicações da gênese do mundo e do universo. As grandes viagens e expedições marítimas representam esse imaginário

colocado em prática, visto que, por um lado, muitas hipóteses científicas sobre os processos da Terra ainda necessitavam de serem observados e comprovados e, por outro lado, existia a expectativa da fartura e da riqueza em terras longínquas, permeadas pelo imaginário de seu exotismo, desejadas pelas grandes potências europeias que financiavam tais viagens. Essas constituíram a principal base das observações empíricas que sustentam os escritos a respeito da natureza pelos registros das paisagens em pinturas e elaborações descritivas dos componentes da fauna e da flora importantíssimos para a geografia visto que traçando-a em sua diversidade foi possível esboçar um quadro da história natural.

Ainda que os caminhos analíticos e diretrizes metodológicas da ciência existente na era das navegações pudessem determinar uma atenção crescentemente as especificidades a fim de desvendar em pormenores as potencialidades naturais, em função de exigências econômicas daqueles que financiavam pesquisas e viagens, existia em alguns cientistas/viajantes a disposição de conhecer, de descobrir naquilo que havia de mais distinto a própria possibilidade de unidade, isto é, diante de aspectos e circunstâncias naturais distintos se apresenta uma necessária complexidade e “relacionalidade” capazes de figurar a realidade. A compreensão da própria experiência da realidade exige que tal experiência não se restrinja a nenhum evento ou existente particular, ao contrário, é preciso a diversidade pare enriquece-la e impedir uma única perspectiva, uma única dimensão da realidade, à risco de confinar o conhecimento a qualquer arquétipo e eclipsar outros pontos de vista.

A complexidade da experiência da realidade não reside apenas em seus próprios aspectos, é preciso pensá-la compreendida na experiência humana, que significa, conceber a compreensão da realidade sem exclusividades. A complexidade se descobre pela conjugação de pontos de vistas, porque a cada viajante a experiência da realidade trará elementos de ampliação de sua compreensão. Portanto, é preciso que a experiência seja simplesmente humana, isto é, não esteja marcada por nenhum padrão. É preciso que aquilo definido como padrão, aquilo que permaneceu no cerne da produção do conhecimento: a “experiência oficial” possa dar lugar a capacidade reflexiva advinda, sempre, da diversidade, da pluralidade dos movimentos do espírito humano.

A diversidade de perspectivas e experiências permite, tratando-se da realidade, uma compreensão ampla não só em clareza, mas, também, na profundidade dos sentidos para traçar conexões vivas entre pequenas circunstâncias revelando nas experiências processos e eventos essenciais a realização da realidade. A diversidade e a pluralidade despertam clareza perceptiva, uma depuração de seus sentidos para comunicar com as pequenas nuances os grandes ciclos e processos: a experiência da unidade na diversidade, todo

humano reconhece a geografia manifesta, talhada em matéria líquida, rochosa, aérea, luminosa de onde nasce toda experiência raiz da compreensão de um princípio formativo comunal que constitui a realidade.

A diversidade de experiências consiste no reconhecimento das variações interpretativas (hermenêuticas) das formas como o existir possa se afirmar. Nesse sentido a experiência das mulheres viajantes que se lançaram em explorações científicas correspondem a possibilidade de pluralizar a “perspectiva oficial” ou a “experiência oficial” que prevaleceu como raiz da produção do conhecimento científico por séculos. As mulheres que dificilmente recebiam apoios e benefício financeiros de instituições governamentais buscaram, pelo seu próprio esforço financeiro e familiar, viajar a fim de experienciar lugares para além de sua limitada vivência, isto é, para além de seu país, para além daquilo que reconhecia como sua cultura e civilização. Essas “mulheres viajantes” pertenciam a uma classe social específica que as permitia prover-se por suas economias, mas também abria a possibilidade das mesmas pensarem em enfrentar uma empreitada, que em sua época, era malvista socialmente.

Movidas por um desejo profundo de liberdade, de ampliar sua compreensão da realidade e realizar-se como ser humano ganhando ciência de tudo aquilo que vê, ouve e sente em sua condição irrefutável de *ser* e, assim, compreender aquilo que se apresenta. Falar das mulheres viajantes é uma oportunidade de tratar de uma subjetividade outra, de uma experiência que circunscreve condições específicas que marcam a produção do conhecimento. Pensar em uma produção multifacetada do conhecimento significa refletir sobre padrões científico-metodológicos e ponderar uma necessária pluralidade de experiências que fundamentem a história do pensamento reconhecendo experiências que estão para além daquilo que outrora foi determinado como científico e, portanto, válido e para além de perspectivas exclusivas e excludentes. Toda experiência humana amplia a consciência e verticaliza a pergunta pelo sentido de sua existência ao abrir o pensamento à complexidade fundadora da realidade.

Em conjunto com as adversidades financeiras, as mulheres enfrentavam uma situação social bastante desvantajosa. Ainda que a condição econômica familiar fosse positiva, havia um ambiente desfavorável as mulheres que ainda estavam por adquirir direitos e liberdades desde uma igualdade cidadã, e mais do que isso, igualdade no que diz respeito aos anseios e desejos, intelectuais, profissionais e políticos pertencentes a qualquer humano, ainda que fosse constantemente afirmado, desde um estereótipo da mulher, a impossibilidade dessa igualdade. Desejantes de sua independência econômica e do reconhecimento de sua realização intelectual as mulheres opõem-se à uma distinção

entre os sexos, em vista da rigorosa sexualização da desigualdade que permanecia como base do arranjo social e cultural e, partindo dela, questões envolvendo a política, a ciência e a economia. O papel social hiperboliza o sexo como um fator que desloca a condição humana e afirma as necessidades e capacidades de cada um a partir de uma construção hipersimbólica da desigualdade entre os sexos, a qual serve à redução sócio-cultural do sujeito, do estreitamento da subjetividade a esse único elemento em um empobrecimento claro das potencialidades humanas, das especificidades de cada sujeito.

Existia um lugar claro para as mulheres: o âmbito doméstico. O doméstico conjugava a idealização da mulher ou daquilo que a definia como feminino. Considerava-se ser contra os princípios da mulher qualquer manifestação, ainda mais quando pública, do desejo a participação nas esferas consideradas fora de seu domínio, qual sejam, a política e a ciência. O público estava longe da égide das mulheres, de modo que, o contexto de sua atuação “shaped not only their outlook on personal matters and the structure of their social networks, but operated in very material ways, by limiting the resources and support networks available to women in their travels” (DAMOSH, 1991, p. 96).

Um exemplo muito claro, acerca da presença das mulheres na ciência, refere-se a transformação da botânica em uma experiência feminina (a) porque sua atuação poderia se restringir ao ambiente doméstico – especialmente os jardins, (b) porque era associada à botânica um senso estético do belo e do sensível relacionados ao feminino. Contudo, seja certo, que na botânica, muitas mulheres encontraram seu espaço, apesar de suas restrições pela arte, ao retratar em pintura ou madeira os elementos da flora, ou pela escrita, a botânica era permitida porque resguardava esses elementos do feminino. A atividade científica, em termos de publicação, restringia-se, em geral, sempre à educação especificamente de crianças ou técnicas de jardinagem, visto que estimulavam atividades desenvolvidas no espaço privado. Positivamente, o exercício da botânica permite às mulheres a formação de clubes para o estudo de história natural e a correspondência entre as escritoras, ilustradoras e, eventualmente, com naturalistas. A botânica dá, em certa medida, vazão ao anseio pelo engajamento intelectual das mulheres em uma época em que o aspecto do intelecto era pouco admirado nas mulheres, sendo pouquíssimo, salvo raras exceções, incentivada a educação de meninas

During the decades when women were being edged out of a professionalizing science culture, they continued to be active as science writers [...] The growth of popular science culture [...] had shaped an audience of women and children who participated in home-based science education and scientific activities (SHTEIR, 1997, p. 244).

A ciência voltada às meninas, via de regra, era ministrada pelas vias da educação doméstica, com pouquíssimos casos de mulheres tendo acesso à educação formal, a partir de livros escritos por mulheres. A educação restrita a esfera privada refletia a exclusão da mulher ao acesso as universidades e a uma ciência profissional. Mesmo quando um campo científico era aberto as mulheres havia uma predeterminação das posições que poderiam ser ocupadas pelas mesmas, a exemplo da botânica, era possível a escrita de livros voltados à educação, mas não de livros que contribuiriam com a formação do conhecimento dessa ciência. Se o mundo da flora era aberto as mulheres, era claro o barramento ao mundo da fauna, isto é, da zoologia pela pressuposição de que envolvendo a caça, a dissecação, o empalhamento a ciência abrangia atividades contrárias ao estímulo da estética feminina. Em verdade, a botânica foi naturalizada como uma aptidão, uma vocação feminina, essencialmente, porque reforçava o feminino e a educação doméstica, associada diretamente a obrigação maternal e do cuidado

De outro modo, todo potencial intelectual que poderia ser desenvolvida pelas mulheres a fim de ampliar as bases do conhecimento científico da história natural era solapado pela negação ao acesso ao meio formal da educação, e ainda mais, da esfera universitária, onde as principais teorias estavam sendo formuladas e defendidas. Essa desvinculação aos ambientes formais resguardou na escrita das mulheres sobre a natureza aspectos longamente execrados pela ciência formal. A escrita livre dos preceitos acadêmicos e institucionais foi capaz de estar livre a uma composição poética cuja vivacidade contrastava com as exigências do pragmatismo e do mercantilismo, associado a expansão imperialista-colonial. Especialmente no que confere a geografia, após institucionalizada, se torna uma carreira científica fortemente ligada as atividades coloniais e tem sua ênfase em uma geografia regional que se volta, sobretudo, a classificação e coleta apresentando um cenário daquilo que era passível de exploração e as possibilidades de atuação nessas “novas terras”. A geografia detalhava o acervo sobre as potencialidades naturais e traçava o mapeamento de rotas e das “novas terras” em que as expedições aportavam. Tal documentação tornou-se essencial ao estabelecimento de um sentido global do arranjo terrestre em seus diferentes aspectos (DARDEL2011).

Nesse cenário, a mulher estava afastada dos requisitos que determinaram o sentido da geografia, pelo impedimento de sua vinculação as instituições, estando, portanto,

afastada da atuação nesse campo científico. Segundo Evans (2015), todos que desejassem dedicar-se aos estudos da natureza só podiam fazê-lo quando possuíssem uma rede de influência, dada em geral pela posição de sua família. Limitadas a sua influência familiar, desligadas das viagens oficiais ou, apenas, presentes como acompanhantes de oficial, não havia nenhuma oficialidade naquilo que as mulheres produziam como geografia, na medida em que, não cumpriam os exercícios formais da disciplina. A começar por todos que não tivessem um treinamento formal que profissionalizava o conhecimento geográfico como a prospecção por meio de expedições científicas, não seriam reconhecidos na produção de tal conhecimento. Sem a rotulação profissional, tornava-se difícil o recebimento de apoio oficial ou suporte financeiro das instituições governamentais.

Isentas das exigências oficiais as mulheres lidavam com sua própria liberdade de escrita, “divorce from the institutions that served to legitimize travel for discovery, for fulling some objective purpose, women travellers were free to explore in a broadest sense” (DOMOSH, 1991, p. 97). Embora o uso dessa liberdade pudesse ser criticado, desde o ponto de vista do conhecimento científico, e, algumas vezes, desqualificada a escrita, a mulher viajante apresentava um olhar alternativo à geografia oficial, uma geografia em que a expressão estética sensível está presente sim, sem que isso restrinja a qualidade racional dos relatos, uma geografia que valorizava a arte como artefato epistemológico.

Como exemplo trazemos Marianne North que produziu uma série de quadros sobre a natureza. North passou longos anos viajando por diferentes lugares, em diferentes continentes nos quais coletava amostras, sobretudo, referente à flora. Sua obra extensa continha criações artísticas fortemente estéticas que contrastavam com as técnicas de ilustração dos herbários ou ilustração científica, de modo que era negada como uma produção pertencente a história natural. A vivacidade de suas apresentava uma outra perspectiva de ver o mundo natural, uma maneira que despertava a sensibilidade, chamava a uma experiência intensa (Figuras 01 e 02).





**Figura 01** - Not one flower, but many in one – Marianne North  
Fonte: <https://prints.kew.org> - Royal Botanic Gardens, KEW



**Figura 02** - Foliage and flowers of the Indian Rhododendron – Marianne North  
Fonte: <https://prints.kew.org> - Royal Botanic Gardens, KEW

Aquilo que era desqualificado como um excesso, como um extravasamento sensível, uma superabundância emocional por dar um caráter, justamente, amador – pela falta da apreensão de restrições linguísticas da ciência – coloca da forma mais imediata a experiência. O “amadorismo” das mulheres era um foco de subversão à algumas imposições da ciência *stricto sensu* capaz de flexibilizar o conhecimento a partir de um re-olhar a natureza e reestabelecer as bases da relação com a mesma, não mais na medida do uso, mas pela experiência que qualifica sentidos em sensações. Assim, por um lado o amadorismo impedia a participação na produção da história do conhecimento científico, por outro lado, permitia liberdade criativa que se opunha ao olhar científico de objetificação, propunha “other sensory modes of knowledge production undermines these hegemonic models by demonstrating that they are neither necessary nor sufficient for geographical knowledge production” (EVANS, 2015, p. 195).

A participação das mulheres na produção dos escritos de viagem sofreu com fortes rejeições em função de uma pressão moral ligada a rotulação das viajantes/escritoras ou pintoras, que desejavam o reconhecimento de seus trabalhos, que significava participar do espaço público. As viajantes eram ditas como excêntricas, o que deixava a saber que o desejo pelo público e pela atividade intelectual era marginalizado, mais do que isso, era pouco natural. A publicação marcava a mulher como ridícula, extravagante, estranha a sua própria condição natural (MILLS, 2005), de modo que, os livros escritos por mulheres, referentes as suas viagens, eram rapidamente desvinculados da ciência, renegados a condição de relatos envoltos aos devaneios femininos. A recepção da escrita feminina, que afirmava um feminino gestado pelas próprias mulheres, está cercada de entraves à sua autoridade. A escrita feminina de viagem tratada quase como relatos de aventuras, recebe uma conotação pejorativa na medida em que não é científico e não é apropriado à mulher dar-se a aventuras.

É preciso que o empecilho a escrita feminina impede que a mesma adquira o status de ser uma reflexão sobre uma descoberta ou a possibilidade de instigar novas perspectivas teóricas. Sob o agravante da escrita ser uma exposição que coloca-se em oposição ao resguardo da intimidade, a preservação do particular, o cuidado privado da vida e das emoções das mulheres, a escrita de muitas viajantes se mantinha dentro do universo das cartas e diários os quais asseguravam uma contensão dos pensamentos e expressões do espírito à esfera familiar. A escrita pública de livros, reportagens, artigos científicos, que também existiam, tratavam-se da exposição desnecessária, de modo que, a escrita feminina era tolerada quando não se chocava com os códigos sociais e morais que regimentavam a situação da mulher.

Em vista da recusa em abrir as meninas educação formal, apoiada pela opinião de que a educação ou qualquer atividade intelectual seria uma ameaça ao comportamento natural da mulher, qual seja, a vocação maternal e doméstica, educar em vez de trazer benesses acarretaria a desnaturalização da mulher, especialmente, porque a atividade intelectual, como uma atividade humana, questionava a diferença essencial entre homens e mulheres (ROOT, 2006). A educação tinha a alarmante potência de colocar nas relações sociais, no trato do espaço público a perspectiva do sujeito e de sua subjetividade que não estavam reservados a qualquer homem ou mulher, de modo que como sujeito a mulher desestruturaria uma segregação violentamente redutiva a sua atuação na política ou na ciência.

A condição de sujeito dono de uma subjetividade em busca por um sentido de humanidade é perpassada pela diversidade das manifestações do humano, entender a mulher enquanto sujeito significaria abrir espaço à compreensão da diversidade do sentido de humanidade e as possibilidades de perspectiva de compreensão da comum-união da experiência do geográfico. Tratar da produção de um conhecimento é multiplicar os pontos de vista, romper com a história única do herói, do aventureiro e do cientista; é trazer para consideração outras possibilidades de se pensar sobre o próprio existir, isto é, por aquilo que compõe a condição de atualização e realização desse existir desde a compreensão da atividade científica mais próxima de uma expressão criativa do afeto imprimido no espírito pela materialidade geográfica.

Dardel (2011) aponta que é preciso prudência e modéstia no trato da realidade, reconhecendo a sua materialidade, sua objetividade dando a ela toda diversidade de manifestação, compreendendo que aquilo que há de mais objetivo não deve impor-se por uma rigidez racional que acaba banalizado a intensidade do real. Aquilo que há de mais objetivo à experiência deve, quando expresso como conhecimento, se contrapor gravemente a todas as formas de uniformização. Toda geografia deve nascer na dialética da aparência e da intimidade, na medida em que, ela só pode guardar intensidade do real quando percebida em suas variações e em na composição de uma unidade na diferença para traçar um sentido amplo dos modos de existência expresso em cada subjetividade.

A escrita de viagem das mulheres traz uma habitar em profunda liberdade em uma relação de proximidade espiritual e afetiva. A geografia é vista em escala humana, em proximidade e sua intensidade provia as mulheres de alívio dando-lhes vazão as aspirações de independência e de auto-determinação negadas pelas determinações sociais e políticas de seu país de origem. A natureza era a própria possibilidade de escape da mulher, dela libertar-se das pressões da esfera doméstica. Os estudos da natureza eram uma passagem

a liberdade, autonomia e empoderamento. O talento pelo qual essas mulheres queriam ser referidas estava longe do privativo mundo da casa, uma esfera dos pequenos hábitos com pouca circulação de ideias e experiências tinha como o embotamento da subjetividade feminina que se estreita, justamente, aos hábitos repetitivos que nada contribuem a criação, o privado encapsula a intimidade a pequenez do lar diante da amplidão do mundo de modo que o privado não protege e sim vulnerabiliza a subjetividade por um hipersimbolismo do feminino.

Os estudos da natureza, como por exemplo a botânica, mesmo que associada à certos traços da feminilidade, permitiam as mulheres a colocarem-se em estado criativo. A arte de ilustração da flora oportuniza uma atividade para além daquelas restritas ao cuidado com a casa e com os filhos, trata-se de uma atividade de criação e não de reprodução. O ato criativo dava um profundo senso de satisfação pessoal, num ambiente em que o pessoal era quase negado as mulheres. Construir e criar são o exercício de reconhecer a realidade não em superfície e aparência, mas de refletir sobre sua interioridade a qual só vem ao conhecimento na e pela expressão da experiência. Quando o espírito humano se confraterniza com a intimidade da natureza e deseja dar expressão àquilo que se apresenta a arte pelo seu fundamento criativo dá potência a esse desejo abrindo a possibilidade de explorar sua capacidade criativa-reflexiva que, no caso das mulheres, de outro modo permaneciam embotadas no trato das atividades muito simplórias do ambiente doméstico.

A arte é, ao mesmo tempo, a possibilidade de expressão de si e de fortalecimento e apropriação de sua própria subjetividade e a possibilidade do reconhecimento dessa subjetividade para além de si mesma. Ou seja, é um ato de intimidade consigo mesmo, mas de extrema exposição e afirmação de si para o outro, é uma dialética em que o contato cada vez mais profundo consigo mesmo expõe de maneira cada vez mais despida esse íntimo e o reconhecimento do íntimo no público dá, o reconhecimento externo dá ao reconhecimento íntimo força de expansão.

A escrita de viagem ou a pintura exigia a aprendizagem, justamente, da capacidade expressiva resultando em uma autoconsciência de si e do mundo que lhe era imediato, bem como, as manifestações da natureza e cultura que extrapolavam seu mundo, promovendo o alargamento do seu *self*. Uma vez abandonado as habituais atividades de reprodução, ligadas ao doméstico, e alcançado essa nova esfera do *labor* criativo, dava as mulheres uma vida ativa, uma vida interior ativa (GREEN, 2001). A criatividade dá a mulher um senso de estar no poder de sua própria vida, a criação dá a mulher a intensidade da vida, a autoridade sobre si que dificilmente a esfera doméstica oferecia, havia um forte ressentimento pela trivialidade maçante da esfera privada.

As mulheres em seu desejo pela produção artística, intelectual, pelo conhecimento negado desde a infância, realizava uma jornada de auto-conhecimento, mais do que o registro formal, científico, as mulheres desejavam capturar em sua escrita, em sua pintura a si mesmas. Nesse movimento as mulheres constituíam uma subjetividade que divergia do profissionalismo científico-institucional: sua experiência era uma experiência pré-científica, era uma tradução muito mais imediata, mais viva que dava vazão a movimentos interiores intensos. O ato de criação em proximidade com a natureza, uma esfera em que a expansão, a vazão da esfera interna das emoções, sensações e sentimentos, emancipava as mulheres de aprisionamentos de seu *self*.

As mulheres que perseveraram em seu desejo de liberdade foram impulsionadas por um profundo inconformismo com a sua situação. Tal inconformismo nasceu, sempre, em um ambiente familiar propício, isto é, onde, ainda que, as decisões tivessem grande peso das opiniões masculinas, seu talento e seu desejo por uma educação formal e pela prática da ciência e da arte não murchavam porque não estiveram sujeitas ao autoritarismo o qual retificaria o papel da mulher. Um ambiente não autoritário permitia à mulher frutificar em outras esferas, o apoio financeiro e, sobretudo, moral era central para o sucesso de qualquer empreitada que rompessem, ainda que timidamente, as convenções sociais.

Muitas das mulheres que tiveram carreiras sólidas como escritoras de livros de viagens ou como ilustradoras de livros científicos se apoiavam não apenas em seu talento e determinação, mas na abertura de sua família a que traçasse um caminho diferente daquele pré-destinado a maioria das mulheres. Exceto por algumas viajantes que realizavam viagens solo, muitas pertenciam a famílias de missionários, militares, administradores coloniais ou homens envolvidos com a imprensa (MORIN, 1999). Algumas dessas mulheres faziam das viagens a própria possibilidade de estabelecer uma carreira como escritoras de literatura, em alguns casos, e como escritoras de viagem. Essa pró-atividade das mulheres que viajavam, acompanhadas, em escrever e fundamentar uma atividade intelectual e pública laceavam as estruturas do papel social feminino, alargavam a sua esfera de atuação para além do doméstico. Ao mesmo tempo em que se tornavam conscientes de si mesmas como um sujeito criativo e não somente reprodutivo – em seus vários sentidos – colocavam em xeque a naturalização da feminilidade, da maneira como era a mulher era entendida estritamente dentro de uma moral que dava rotulações definitivas.

Haviam, contudo, aquelas mulheres que desejavam a posse ainda maior sobre si mesmas, uma autonomia rebelde as questões sociais e morais que as cercavam, ou pode-se dizer, que essas mulheres desejavam deixar de serem protegidas de si mesmas, de sua emancipação, de sua vida própria, em vista de um tutelamento necessário pela sua

constante minoridade no que diz respeito as decisões envolvendo todos os aspectos de sua vida. Essas mulheres desafiavam todas as fragilidades associadas à elas e, em grande medida, impostas ao feminino. Assim, o ato de viajar era um ato de resistência, ao mesmo tempo que de afirmação da intelectualidade do feminino, como uma outra racionalidade possível. A exigência ao direito à mobilidade era uma subversão a imagem do herói, da masculinidade eximia (MORIN, 1999, p. 509).

A forma como as mulheres retratavam suas dificuldades em adaptar-se a uma ambiência estranha ao seu corpo, onde seu corpo era uma existência alheia a toda essa nova conformação geográfica. A liberdade de expor essa estranheza como situação de risco, e não porque seus corpos eram femininos, mas porque humanos. Esse corpo estrangeiro, sobretudo, às condições de clima e às doenças podiam deparar-se com risco eminente de morte, a compreensão dessa fragilidade e vulnerabilidade rompia com a idealização de um explorador ou um aventureiro capaz de se sobrepôr a tudo (EVANS, 2015).

A escrita de viagem feminina colocava em suspenso o discurso heroico, simplesmente, porque ao expor uma situação real expunham a fraqueza de um corpo estrangeiro não apenas às adversidades físicas, mas também, aquelas que envolviam lidar com a necessidade de rever seus valores e verdades diante de uma composição subjetiva gestada em circunstâncias muito distintas. A escrita de viagem feminina expor as experiências de maneira mais imediata, em escrita a mulher expressava em que constituía estar em terra estrangeira, habitar uma terra estrangeira distante das estruturas civilizatórias que conhecia. Escrever era a expressão da experiência geográfica que consistia muito mais **no gradual estabelecimento de uma relação** com essa grafia desconhecida.

As mulheres viajantes subvertem a concepção de um espaço material, de uma geografia que seja apenas forma, que esteja fechada em si mesma. Em sua escrita elas expressam sua gradual abertura e aproximação da geografia que passou a habitar dando importância a suas experiências, adentrando ao mundo circundante buscando estabelecer novos veios de sua geograficidade. Buscando reconhecer como sua existência passa a reconhecer a condição formativa dessa geografia que então habita, como sua existência se mescla à essa grafia que se apresenta. A escrita feminina expressa a conformação de uma ontologia, uma ontologia geográfica que vem à luz no movimento de abertura do espírito a compreensão dessa qualidade tão essencial a sua existência, ao seu habitar: a geograficidade.

A escrita das mulheres viajantes dá uma espécie de contraponto a formação discursiva do colonizador, do conquistador vigentes em muitos relatos expedicionários.

Havia uma maneira própria de escrever sobre a geografia das terras além-mar, uma forma de tratar a geografia como um espaço material inerte. O conhecimento científico geográfico, se constituía desde de um imaginário entorno do herói conquistador capaz de tolerar e resistir aos perigos e se legitimava desde um ponto de vista que coloca a geografia em análise pela medição e pelo cálculo. Em outras palavras, o discurso do desbravador, do corpo masculino dominador repercutia uma vontade de poder, uma ânsia por se apoderar a partir de objetificação do mundo circundante. O discurso de legitimidade do conhecimento científico das expedições oficiais, é o discurso de um Homem que dentro de uma lógica imperialista, colonial e iluminista tem por fim se apropriar da terra em que aporta, no pior sentido do termo, qual seja, de dominação, de subjugação. A legitimidade do discurso está em seu caráter militar dos inventários e das estatísticas em que se nivela todas as diferenças, se desacraliza a terra.

Para além das questões institucionais, de reprovação da presença feminina na esfera pública científica e da negação do acesso à educação formal, a escrita das mulheres era recepcionada sempre como “à parte” da produção de conhecimento, da produção formal da geografia por não compreender determinadas normas e padronizações, ou seja, à escrita feminina era negada o *status* de conhecimento, da produção geográfica. Apesar de atentarem em sua narrativa a uma descrição da geografia local, a escrita das mulheres tratava com frequência das populações locais, não como uma simples etnografia, mas retratando o estabelecimento de uma proximidade com os povos nativos. O intercurso com a população local era fundamental em dois pontos: (a) acessar o conhecimento nato, geografia vivida dos povos nativos tanto para uma questão essencial de sobrevivência e de acesso a localidades que de outra forma estariam vetadas ou permaneceriam desconhecidas, mas também, para se aproximar da geograficidade desses povos: o imaginário, a cultura, o saber da terra; (b) porque estavam distantes de sua rede social e familiar, as relações estabelecidas com a população local para as mulheres lhes dava um reconforto, sobretudo, emocional (EVANS, 2015).

De modo que a escrita das mulheres, embora fosse praticada do ponto de vista exclusivamente da viajante, o que não permitia a voz dos povos nativos, ainda assim não era de todo auto-centralizada. Ainda que essas mulheres pertencessem a uma classe bem posicionada socialmente, tivessem nacionalidade, em geral, europeia e fossem brancas, o que lhes garantia, dentro do cenário imperial e colonialista e suas questões étnico-raciais, uma posição privilegiada, as mulheres eram, ainda, marginalizadas em sua própria sociedade pela ausência de direitos políticos e econômicos. Tal marginalidade conferia um ponto de vista diverso as mulheres em relação aos povos nativos na medida em que, como

elas, eles também eram sempre o outro. De alguma forma, as mulheres viajantes estavam inseridas no processo colonizador pela pré-definição de algumas características sociais e étnicas, mas, em verdade, permaneciam alheias a esse processo porque não eram concebidas, nem de longe, como agentes desse processo.

Esse distanciamento, parece importante para compreender a aproximação das mulheres aos povos nativos sem estabelecer afirmações, pré-concepções a respeito desses povos, pelo contrário, elas tratavam no nível do sujeito, reconheciam como sujeito aqueles nativos com quem se relacionava (MILLS, 2005). A própria presença de um Eu que não fosse o viajante, a presença, mesmo que em perspectiva, de sujeitos pertencentes a outro universo de condições socioculturais era uma situação incondizente com o propósito da postura imperialista, que marcava a produção de conhecimento, que era de expropriar o sujeito de sua subjetividade, ele era um objeto de ação iluminista-civilizatória. Então, a descrição das relações, ou mesmo, o próprio estabelecimento de relações de proximidade, na escrita das mulheres viajantes era um fator de sua desqualificação.

A escrita feminina expressa uma subjetividade emergente de uma nova situação, de uma nova condição dada pela ambiência das terras estrangeiras. O estabelecimento de relações em que a mulher é o sujeito de sua própria ação, em que haja uma proatividade, uma perde da passividade tão associada ao comportamento feminino, ou seja, quando a mulher passa a ter consciência de si como sujeito e adentra a esfera do público e estabelece relações fora o ambiente familiar, essencialmente, patriarcal a articulação subjetiva dormente passa a ganhar expressão dentro de nexos bastante particulares. Isto é, quando em uma terra estrangeira a mulher se torna de certo modo anônima, embora sua rede de referências lhe abra portas, o peso de seu sobrenome se alivia, e a vigília social dos costumes se torna mais rarefeita dando um espaço de ação, uma possibilidade de expansão do *self* as mulheres. Não é à toa, portanto, que a ligação que a mulher viajante estabelece com a terra em que aporta seja particular, no sentido de ganhar um caráter emotivo porque significa a abertura de um triunfo subjetivo, de uma apropriação de sua própria experiência ausente na ambiência de sua terra natal.

O triunfo presente na escrita feminina nunca é referente a qualquer forma de domínio que não seja de si mesma, ou seja, que não seja o triunfo da autonomia e não da submissão. Então, a terra estrangeira é um convite a liberdade e como tal calça relações que a expandam. Algumas mulheres passaram anos viajando por diferentes nações, e, por vezes, só o fizeram já em meia-idade quando os compromissos familiares haviam se aliviado. Quando retornavam a sua terra natal sentiam uma perda desse estado de liberdade que alcançaram em terras estrangeiras. A exaltação, uma intensidade emotiva



presente na escrita e na arte de mulheres que dedicaram sua vida a percorrer o desconhecido revela uma conquista que não está em escalar uma montanha, atravessar um deserto, percorrer oceanos, essa intensidade tem origens profundas em como o novo, o desconhecido é a oportunidade de um anonimato que dê abertura a uma subjetividade transgressiva, expansiva; uma experiência nova e excitante de si mesma.

A geografia estrangeira, que oferecia elementos bastante distintos daqueles com os quais a mulher viajante estava acostumada, familiarizada em sua terra natal oportuniza a constituição de um novo enraizamento, do estabelecimento de novas relações com uma natureza que desafia, que inquieta. A geografia estrangeira ela necessita da elaboração de uma nova geograficidade, que está expressa na escrita, na arte das mulheres viajantes. De modo que a geografia estrangeira oportuniza e consagra uma liberdade que se exprime pela transformação profunda da subjetividade em reflexo de uma geografia incomum carregada de um frescor, de um ineditismo que permite o descobrimento de uma geografia que abre espaço de criação de uma nova relação entre o recém-chegado e a terra estrangeira que se enraíza num movimento existencial em que se experiencia uma geografia sentimental e emotiva. Essa experiência amplifica a imaginação, o espírito, da profundidade as emoções fomentando uma subjetividade em que se descobre a capacidade criativa e a força de expressão.

Como Dardel (2011) coloca, quando se deixa os salões e as ruas, no caso das mulheres, a casa e as obrigações de costume, para ter a experiência de estar “ao ar livre”, circundado por uma natureza cheia de estímulos e assombros aquele que se encontra a sua presença só resta explodir sua sensibilidade, ampliar a sua interioridade, oxigenar as suas crenças e rever sua humanidade. Diante daquilo que não pode ser ignorado resta dar vigor ao espírito a fim de alcançar uma relação de plenitude com o mundo circundante, é preciso que a subjetividade tome força, a consciência de si integre o ato de elaboração de uma nova geograficidade.

## Referências Bibliográficas

DAMOSH, Mona. Toward a Feminist Historiography of Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 16, n. 1, 1991, p. 95-104.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

EVANS, Sarah Louise. **Terra incognita: Women on Royal Geographical Society-supported expeditions 1913-1970.** (2015) PhD (Doctor of Philosophy) - Faculty of Environment and Technology, University of the West of England. Bristol, p. 304. 2015.

GREEN, Amy S. Two Women Naturalists and the Search for Autonomy: Anna Botsford Comstock and the Producer Ethic; Gene Stratton-Porter and the Gospel of Wealth. **Women's Studies Quarterly**, v. 29, n. 1/2, Earthwork: Women and Environments (Spring - Summer, 2001), p. 145-154.

MILLS, Sara. **Discourses of Difference:** An analysis of women's travel writing and colonialism. London; New York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

MORIN, Karen M. Peak Practices: Englishwomen's "Heroic" Adventures in the Nineteenth-Century American West. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 89, n. 3, 1999, p. 489-514.

ROOT, Margaret Cool. Introduction women of the field, defining the gendered experience. In: COHEN, Getzel M.; JOUKOWSK, Martha Sharp (Ed.). **Breaking Ground: Pioneering Women Archaeologists.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. p. 1-33.

SHTEIR, Ann B. Elegant Recreations? Configuring Science Writing for Women. In: LIGHTMAN, Bernard (Ed.). **Victorian Science in Context.** Chicago: University of Chicago Press, 1997. p. 236-255.